



1 Às nove horas do dia trinta de março de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",
3 sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **ALOISIO CHAVES**,
4 **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, **CEZAR COLARES**, **ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES** E **SÉRGIO LEÃO**
5 e o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução Administrativa nº
6 07/2017 de 09.02.2017; ausência justificada do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presença da
7 Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH**
8 **SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do
9 Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno
10 desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se
11 manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste*
12 *Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocados os
13 Conselheiros Substitutos **ALEXANDRE CUNHA E MÁRCIA COSTA**, para apresentar proposta de
14 Decisão nos termos do inciso II, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Houve votação e
15 aprovação das Ata da Sessão Ordinária nº 03 e 14/2017. Em sequência, apresentada a **PAUTA**
16 **DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo**
17 **nº150012010-00; Prefeitura Municipal de Benevides; Prestação de Contas – 2010;**
18 **Contas Anuais de Governo; Responsável: Edimauro Ramos de Faria; Instrução: 7ª**
19 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto**
20 **José Alexandre Pessoa; (Pedido de Vista na Sessão 29.08.2013 do Conselheiro. Cezar Colares);**
21 **Advogado/Contador: Francisco A. Capela Sampaio; Publicado no DOE nº 33.341, de**
22 **27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO**
23 **VISTA**: "*Trata o presente processo da prestação de contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de*
24 *Benevides, exercício de 2010, de responsabilidade de Edimauro Ramos de Faria. O Excelentíssimo*
25 *Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha Pessoa, designado como relator, em bem fundamentada*
26 *proposição de voto apresentada na sessão plenária do dia 29/08/2013, posicionou-se pela emissão de*
27 *parecer prévio pela irregularidade das contas de governo, em razão da não aplicação do percentual mínimo*
28 *de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino, em descumprimento ao determinado no art. 212 da*
29 *Constituição Federal. Nesta ocasião, solicitei vistas dos autos. Após análise dos autos, me manifesto com o*
30 *mesmo entendimento do Excelentíssimo Conselheiro Substituto Relator José Alexandre Cunha Pessoa, vale*
31 *dizer, pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas de governo, em razão do*
32 *descumprimento ao determinado no art. 212 da Constituição Federal*". **Em votação**: na Sessão do dia
33 29.08.2013, a Conselheira Rosa Hage, os Conselheiros José Carlos Araújo e Antônio José
34 Guimarães, decidiram por aguardar a manifestação do Voto de Vista. Ausências justificadas dos
35 Conselheiros Aloisio Chaves e Daniel Lavareda, naquela Sessão. Ausências, por ocasião da
36 votação, dos Conselheiros José Carlos Araújo e Mara Lúcia naquela Sessão. Na presente Sessão,
37 após o Voto Vista, os Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e Sérgio
38 Leão, consideraram-se aptos a votar e acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência
39 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
40 emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas (Resolução nº 13.001). Presidência da
41 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 150012010-00; Prefeitura Municipal de Benevides;**



42 **Prestação de Contas – 2010; Contas Anuais de Gestão**; Responsável: Edimauro Ramos de
43 Faria; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
44 Conselheiro Substituto José Alexandre Pessoa; (Pedido De Vista Na Sessão 29.08.2013 Do Cons.
45 Cezar Colares); Advogado/Contador: Francisco A. Capela Sampaio; **Publicado no DOE nº**
46 **33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu
47 seu **VOTO VISTA:** *“Trata o presente processo da prestação de contas anuais de gestão da Prefeitura*
48 *Municipal de Benevides, exercício de 2010, de responsabilidade de Edimauro Ramos de Faria. O*
49 *Excelentíssimo Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha Pessoa, designado como relator, em bem*
50 *fundamentada proposição de voto apresentada na sessão plenária do dia 29/08/2013, posicionou-se pela*
51 *irregularidade das contas, com fulcro no art. 52, II da LC nº 25/94, impondo ao ordenador o recolhimento*
52 *aos cofres municipais, a título de restituição, da quantia de R\$2.244.376,29, pelo lançamento à conta*
53 *agente ordenador, além das multas nos valores de R\$500,00, por divergências na receita (transferências do*
54 *SUS, FNDE e Convênios), de R\$104.107,31, pela ausência de processos licitatórios referente à realização de*
55 *despesas no montante de R\$2.082.146,17, em desrespeito ao art. 37, XXI c/c 2º da Lei nº 8.666/93, e de*
56 *R\$59.328,25, pelas irregularidades constantes nos processos licitatórios encaminhados, em desrespeito às*
57 *Leis nos 8.666/93 e 10.520/02. Nesta ocasião, solicitei vistas dos autos. Após, em 16/05/2016, o Dr. Ed*
58 *Carlos Rodrigues de Souza peticionou nos presentes autos requerendo a juntada de cópia da certidão de*
59 *óbito do ordenador de despesas Edimauro Ramos de Faria e o arquivamento deste processo, diante da*
60 *perda do objeto. Em seguida, na sessão plenária de julgamento ocorrida nesta data, o Excelentíssimo*
61 *Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha Pessoa, ao tomar conhecimento do falecimento do*
62 *responsável pelas contas em análise, decidiu formular nova proposição de voto, mantendo a reprovação de*
63 *contas e a obrigação de recolhimento aos cofres municipais e retirando a imposição de multas, por*
64 *entender extinta a punibilidade do ordenador de despesa morto. Pelo exposto, nestes termos, me*
65 *manifesto com o mesmo entendimento do Excelentíssimo Conselheiro Substituto Relator José Alexandre*
66 *Cunha Pessoa, vale dizer, pela irregularidade das contas anuais de gestão da Prefeitura Municipal de*
67 *Benevides, exercício de 2010, de responsabilidade de Edimauro Ramos de Faria, com fulcro no art. 52, II*
68 *da LC nº 25/94, impondo ao espólio do ordenador de despesas, ou aos seus herdeiros, até o limite da*
69 *herança, o recolhimento aos cofres municipais, a título de restituição, da quantia de R\$2.244.376,29, pelo*
70 *lançamento à conta agente ordenador, sem a aplicação de qualquer multa, pela aplicação do determinado*
71 *no art. 5º, XLV da Constituição Federal e, subsidiariamente, do disposto no art. 1997 do Código Civil e art.*
72 *107 do Código Penal”.* **Em votação:** na Sessão do dia 29.08.2013, a Conselheira Rosa Hage, os
73 Conselheiros José Carlos Araújo e Antônio José Guimarães, decidiram por aguardar a
74 manifestação do Voto de Vista. Ausências justificadas dos Conselheiros Aloisio Chaves e Daniel
75 Lavareda, naquela Sessão. Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros José Carlos
76 Araújo e Mara Lúcia naquela Sessão. Na presente Sessão, após o voto Vista, os Conselheiros
77 Aloisio Chaves, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, consideraram-se aptos a votar
78 e acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à
79 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres municipais
80 (Acórdão nº 30.295). Presidência do Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 880012010-00;**
81 **Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – 2010; Contas**
82 **Anuais de Governo**; Responsável: Elias Guimarães Santiago; Instrução 5ª Controladoria;
83 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda;



84 (Pedido De Vista Na Sessão 30.06.2015 Do Cons. Cezar Colares); **Publicado no DOE nº**
85 **33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares
86 proferiu seu **VOTO VISTA:** *"Trata o presente processo da prestação de contas anuais de governo da*
87 *Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará, referente ao exercício de 2010, de responsabilidade de Elias*
88 *Guimarães Santiago. O Excelentíssimo Conselheiro Daniel Lavareda, designado como relator, em bem*
89 *fundamentado voto, apresentado na sessão plenária do dia 30/06/2015, posicionouse pela emissão de*
90 *parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Concórdia do Pará a reprovação das contas da*
91 *Prefeitura Municipal, pelo descumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19, III e 20, III, "b" da Lei*
92 *de Responsabilidade Fiscal, 77, III do ADCT e art. 29-A, §2º da CF. Nesta ocasião, solicitei vistas dos autos.*
93 *Após análise dos autos, me manifesto com o mesmo entendimento do Excelentíssimo Conselheiro Relator*
94 *Daniel Lavareda, vale dizer, pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de*
95 *Concórdia do Pará a reprovação das contas da Prefeitura Municipal, de responsabilidade de Elias Guimarães*
96 *Santiago".* **Em votação:** na Sessão do dia 30.06.2015, os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel
97 Lavareda, Mara Lúcia, Antônio José Guimarães e Sérgio Leão, decidiram por aguardar a
98 manifestação do Voto de Vista. Ausência justificada do Conselheiro José Carlos Araújo naquela
99 Sessão. Na presente Sessão, após o voto Vista, os Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia,
100 Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, consideraram-se aptos a votar e acompanharam o Relator,
101 na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, O Plenário, **à**
102 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas (Resolução
103 nº 13.001). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº880012010-00; Prefeitura**
104 **Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – 2010; Contas Anuais de**
105 **Gestão;** Responsável: Elias Guimarães Santiago; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público:
106 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; (Pedido De Vista Na
107 Sessão Do Dia 30.06.2015 Do Cons. Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 33.341, de**
108 **27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO**
109 **VISTA:** *"Trata o presente processo da prestação de contas anuais de gestão da Prefeitura Municipal de*
110 *Concórdia do Pará, referente ao exercício de 2010, de responsabilidade de Elias Guimarães Santiago. O*
111 *Excelentíssimo Conselheiro Daniel Lavareda, designado como relator, em bem fundamentado voto,*
112 *apresentado na sessão plenária do dia 30/06/2015, posicionou-se pela não aprovação das referidas contas,*
113 *impondo ao ordenador a obrigação de recolhimento das seguintes multas: R\$5.000,00, pela remessa*
114 *intempestiva das prestações de contas quadrimestrais; R\$20.000,00, pelas despesas realizadas sem*
115 *processo licitatório e ausência de publicação de instrumentos contratuais; R\$5.000,00, pelos encargos*
116 *patronais não apropriados dentro do exercício devido. Após análise dos autos, me manifesto com o mesmo*
117 *entendimento do Excelentíssimo Conselheiro Relator Daniel Lavareda, vale dizer, pela reprovação das*
118 *contas de gestão da Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará, referente ao exercício de 2010, de*
119 *responsabilidade de Elias Guimarães Santiago, com aplicação das multas indicadas em seu voto".* **Em**
120 **votação:** na Sessão do dia 30.06.2015, os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara
121 Lúcia, Antônio José Guimarães e Sérgio Leão, decidiram por aguardar a manifestação do Voto de
122 Vista. Ausência justificada do Conselheiro José Carlos Araújo, naquela Sessão. Na presente
123 Sessão, após o voto Vista, os Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e
124 Sérgio Leão, consideraram-se aptos a votar e acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência



125 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com
126 aplicação de multa (Acórdão nº 30.296). Presidência do Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
127 **430012005-00; Prefeitura Municipal de Maracanã; Prestação de Contas – 2005;**
128 **Contas Anuais;** Responsável: Raimundo Queiroz De Miranda; Instrução: Auditor Daniel
129 Lavareda - 6ª Controladoria; Ministério Público; Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva;
130 Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; (Pedido De Vista Na Sessão 16.09.2014 Do Cons.
131 Cezar Colares) ;**Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo
132 regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA**: *"Trata o presente processo da*
133 *prestação de contas da Prefeitura Municipal de Maracanã, referente ao exercício de 2005, de*
134 *responsabilidade de Raimundo Queiroz de Miranda. O Excelentíssimo Conselheiro Substituto Sérgio Dantas,*
135 *designado como relator, em bem fundamentado voto, apresentado na sessão plenária do dia 16/09/2014,*
136 *posicionou-se pela iliquidez das referidas contas, em razão do falecimento do ordenador de despesas em*
137 *data anterior (26/11/2006) à conclusão da inspeção ordinária realizada por esta Corte (25/04/2007). Nesta*
138 *ocasião, solicitei vistas dos autos. Após análise dos autos, me manifesto com o mesmo entendimento do*
139 *Excelentíssimo Conselheiro Substituto Relator Sérgio Dantas, vale dizer, para que as contas sejam julgadas*
140 *ilíquidáveis, pelo falecimento do responsável, antes da data final para a apresentação de defesa, nos*
141 *termos do art. 45, IV, "b" da Lei Complementar Estadual nº 109/2016".* **Em votação**: na Sessão do dia
142 16.09.2014, o Conselheiro Sérgio Leão ratificou os termos da posposta de decisão apresentada. O
143 Conselheiro Antônio José Guimarães, decidiu por aguardar a manifestação do Voto de Vista.
144 Ausência justificada do Conselheiro Aloisio Chaves. Ausência, por ocasião da votação da
145 Conselheira Mara Lúcia. Impedido o Conselheiro Daniel Lavareda que atuou como Auditor à
146 época. Na presente Sessão, após o Voto de Vista, os Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia,
147 Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, consideraram-se aptos a votar e acompanharam o Relator,
148 na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
149 iliquidez das contas (Resolução nº 13.003). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro
150 José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 1030012005-00;**
151 **Prefeitura Municipal de São João de Pirabas; Prestação de Contas – 2005; Contas**
152 **Anuais;** Responsável: João Bosco Rufino Moysés; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público;
153 Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheira Mara Lúcia; (Pedido De Vista
154 Na Sessão 18.02.2014 Do Cons. Cezar Colares) **Publicado no DOE nº 33.341, de**
155 **27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO**
156 **VISTA**: *"Trata o presente processo da prestação de contas da Prefeitura Municipal de São João de*
157 *Pirabas, exercício de 2005, de responsabilidade de João Bosco Rufino Moysés. A Excelentíssima Conselheira*
158 *Mara Lúcia, designada como relatora, em bem fundamentado voto, apresentado na sessão plenária do dia*
159 *18/02/2014, posicionou-se pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de São João*
160 *de Pirabas a não aprovação das contas, pelo pagamento de subsídios acima do ato fixador e não*
161 *encaminhamento do demonstrativo para apuração do cumprimento do art. 7º da Lei nº 9.424/96, além da*
162 *imposição ao espólio do ordenador de despesas, ou aos seus herdeiros, até o limite da herança, do*
163 *recolhimento ao erário municipal do montante de R\$42.900,00, a título de restituição, pelo pagamento de*
164 *subsídio em valor acima do ato fixador. Nesta ocasião, solicitei vistas dos autos. Após análise dos autos, me*
165 *manifesto com o mesmo entendimento da Excelentíssima Conselheira Relatora Mara Lúcia, vale dizer, pela*



166 emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de São João de Pirabas a reprovação das
167 contas da Prefeitura Municipal, de responsabilidade de João Bosco Rufino Moysés, exercício de 2005, com a
168 imposição ao espólio do ordenador de despesas, ou aos seus herdeiros, até o limite da herança, do
169 recolhimento ao erário municipal do montante de R\$42.900,00, a título de restituição, pelo pagamento de
170 subsídio em valor acima do ato fixador. Nesta ocasião, solicitei vistas dos autos". **Em votação:** na
171 Sessão do dia 30.06.2015, os Conselheiro Daniel Lavareda, Antonio José Guimarães, e o Conselheiro
172 Substituto Sérgio Franco Dantas, acompanharam a Relatora, na íntegra. Ausência, por ocasião da
173 votação, dos Conselheiros Aloisio Chaves e José Carlos Araújo naquela Sessão. Na presente
174 Sessão, após o Voto de Vista, os Conselheiros Aloisio Chaves, Antonio José Guimarães e Sérgio
175 Leão, consideraram-se aptos a votar e acompanharam a Relatora, na íntegra. A Presidência
176 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela
177 irregularidade das contas, devendo ainda, o espólio realizar o devido recolhimento aos cofres
178 municipais. (Resolução nº 13.004). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
179 **150012005-00; Prefeitura Municipal de Benevides; Prestação de Contas – 2005;**
180 **Contas Anuais;** Responsável: Edimauro Ramos de Faria; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério
181 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheira Mara Lúcia; (Pedido De Vista Na
182 Sessão 11.06.2013 Do Cons. Cezar Colares); Advogado/Contador: Francisco A. Capela Sampaio;
183 **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
184 Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA:** "Trata o presente processo da prestação de
185 contas da Prefeitura Municipal de Benevides, exercício de 2005, de responsabilidade de Edimauro Ramos
186 de Faria. A Excelentíssima Conselheira Mara Lúcia, designada como relatora, em bem fundamentado voto,
187 apresentado na sessão plenária do dia 11/06/2013, posicionou-se pela emissão de parecer prévio
188 recomendando a Câmara Municipal de Benevides a não aprovação das contas, pela falhas apontadas em
189 seu voto, além de aplicar multa ao Chefe do Poder Executivo, no valor de R\$5.900,00, pela entrega
190 intempestiva dos RGF's. Nesta ocasião, solicitei vistas dos autos. Após, em 16/05/2016, o Dr. Ed Carlos
191 Rodrigues de Souza peticionou nos presentes autos requerendo a juntada de cópia da certidão de óbito do
192 ordenador de despesas Edimauro Ramos de Faria e o arquivamento deste processo, diante da perda do
193 objeto. Em seguida, na sessão plenária de julgamento ocorrida nesta data, a Excelentíssima Conselheira
194 Mara Lúcia, ao tomar conhecimento do falecimento do responsável pelas contas em análise, decidiu
195 formular novo voto, mantendo a emissão de parecer prévio pela reprovação das contas e retirando a
196 imposição de multas, por entender extinta a punibilidade do ordenador de despesas morto. Pelo exposto,
197 nestes termos, me manifesto com o mesmo entendimento da Excelentíssima Conselheira Mara Lúcia, vale
198 dizer, pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas da Prefeitura Municipal de Benevides,
199 exercício de 2005, de responsabilidade de Edimauro Ramos de Faria, sem a aplicação de qualquer multa,
200 pela aplicação do determinado no art. 5º, XLV da Constituição Federal e, subsidiariamente, do disposto no
201 art. 107 do Código Penal". **Em votação:** na Sessão do dia 11.06.2013, a Conselheira Rosa Hage, o
202 Conselheiro Antonio José Guimarães, e o Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas, acompanharam
203 a Relatora, na íntegra, o Conselheiro Daniel Lavareda absteve-se. Ausência justificada do Conselheiro
204 Aloisio Chaves, naquela Sessão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo
205 naquela Sessão. Na presente Sessão, após o voto Vista, os Conselheiros Aloisio Chaves, Antonio
206 José Guimarães e Sérgio Leão, consideraram-se aptos a votar, e acompanharam a Relatora, na
207 íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão



208 de parecer prévio pela irregularidade das contas (Resolução nº 13.005). Presidência da
209 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 602012009-00; Fundo Municipal de Saúde de**
210 **Prainha; Prestação de Contas – 2009; Contas Anuais de Gestão;** Responsável: Sérgio Da
211 Graça Amaral Pingarilho; Instrução: 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
212 Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José; (Pedido De Vista Na Sessão 04.08.2015 Do Cons.
213 Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo
214 regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA:** *“Trata o presente processo da*
215 *prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Prainha, referente ao exercício de 2009, de*
216 *responsabilidade de Sérgio da Graça Amaral Pingarilho. O Excelentíssimo Conselheiro Antônio José*
217 *Guimarães, designado como relator, em bem fundamentado voto, apresentado na sessão plenária do dia*
218 *04/08/2015, posicionou-se pela iliquidez das referidas contas, em razão do falecimento do ordenador de*
219 *despesas em data anterior (21/04/2013) à conclusão da análise da prestação de contas (22/05/2015).*
220 *Nesta ocasião, solicitei vistas dos autos. Após análise dos autos, me manifesto com o mesmo entendimento*
221 *do Excelentíssimo Conselheiro Relator Antônio José Guimarães, vale dizer, para que as contas sejam*
222 *julgadas ilíquidas, pelo falecimento do responsável, antes da data final para a apresentação de defesa,*
223 *nos termos do art. 45, IV, “b” da Lei Complementar Estadual nº 109/2016”*. **Em votação:** na Sessão do
224 dia 04.08.2015, os Conselheiros Mara Lúcia e Sérgio Leão, decidiram aguardar o Voto de Vista.
225 Ausências justificadas dos Conselheiro Aloisio Chaves, José Carlos Araújo e Daniel Lavareda naquela
226 Sessão. Na presente Sessão, após o voto Vista, o Conselheiros Aloisio Chaves declarou-se apto a
227 votar, e acompanhou o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à
228 **unanimidade**, decidiu pela iliquidez das contas (Acórdão nº 30.297). Ausência, por ocasião da
229 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
230 **13982004-00; Fundo Municipal de Saúde de Abaetetuba; Prestação de Contas – 2004;**
231 **Contas Anuais de Gestão;** Responsável: Francinete Maria Rodrigues Carvalho; Instrução
232 Auditor Leonardo Macieira; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva;
233 Relator: Conselheira Rosa Hage; (Pedido de Vista Na Sessão 03.06.2014 Do Cons. Cezar Colares);
234 **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
235 Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA:** *“Trata o presente processo da prestação de*
236 *contas do Fundo Municipal de saúde de Abaetetuba, referente ao exercício de 2004, de responsabilidade de*
237 *Francinete Maria Rodrigues Carvalho. A Excelentíssima Conselheira Rosa Hage, designada como relatora,*
238 *em bem fundamentado voto, apresentado na sessão plenária do dia 10/09/2013, posicionou-se pela*
239 *aprovação com ressalvas das referidas contas e emissão de Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas,*
240 *no valor de R\$17.435.388,95. Nesta ocasião, o Excelentíssimo Conselheiro Aloísio Chaves pediu vistas dos*
241 *autos, para melhor se posicionar sobre a matéria em julgamento. Após análise, na sessão plenária*
242 *realizada em 03/06/2014, manifestou-se o Excelentíssimo Conselheiro Aloísio Chaves de acordo com o Voto*
243 *exarado pela Excelentíssima Conselheira Relatora Rosa Hage, pela aprovação com ressalvas das contas.*
244 *Nesta oportunidade, pedi vistas do processo. Após análise dos autos, me manifesto com o mesmo*
245 *entendimento apresentado pela Excelentíssima Conselheira Relatora Rosa Hage e pelo Excelentíssimo*
246 *Conselheiro Aloísio Chaves, vale dizer, pela aprovação com ressalvas da prestação de contas do Fundo*
247 *Municipal Saúde de Abaetetuba, referente ao exercício de 2004, de responsabilidade de Francinete Maria*
248 *Rodrigues Carvalho.”* **Em votação:** o referido Processo havia sido pautado para manifestação do
249 Voto de Vista do Conselheiro Aloisio Chaves na Sessão do dia 04.08.2015, que assim se



manifestou: *"Estou de acordo com o VOTO exarado pela Conselheira Relatora Rosa Hage, que sugere a aprovação das contas, com ressalva, do Fundo Municipal de Saúde de Abaetetuba, exercício financeiro de 2004, de responsabilidade da Sra. Francinetei Maria Rodrigues Carvalho"*. Ainda na sessão do dia 04/08/2015, o Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou a Relatora, com a ressalva de que tratasse de processo antigo. O Conselheiro Sérgio Leão não votou, pois o processo foi de relatoria da Conselheira Rosa Hage. Com impedimento da Conselheira Mara Lúcia que atuou nos autos como Procuradora à época. Ausência justificada do Conselheiro José Carlos Araújo naquela Sessão. Na presente Sessão, após o voto Vista, os Conselheiros Aloisio Chaves, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, consideraram-se aptos a votar e acompanharam a Relatora, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalvas (Acórdão nº 30.298). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 145122006-00; Secretaria Municipal de Habitação de Belém; Prestação de Contas – 2006; Contas Anuais**; Responsável: Paulo Alberto Santos de Queiroz; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheira Mara Lúcia; (Pedido De Vista Na Sessão 03.07.2015 Do Cons. Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA**: *"Trata o presente processo da prestação de contas da Secretaria Municipal de Habitação de Belém – SEHAB, referente ao exercício de 2006, de responsabilidade de Paulo Alberto Santos Queiroz. A Excelentíssima Conselheira Mara Lúcia, designada como relatora, em bem fundamentado voto apresentado na sessão plenária do dia 03/07/2015, posicionou-se pela irregularidade das contas, pela ausência da folha de pagamento referente ao ordenador de despesas; irregularidades em contratos, convênios e termos aditivos; e despesas realizadas sem procedimento licitatório. Nesta ocasião, solicitei vistas dos autos. Após análise dos autos, me manifesto com o mesmo entendimento da Excelentíssima Conselheira Relatora Mara Lúcia, vale dizer, pela irregularidade da prestação de contas da Secretaria Municipal de Habitação de Belém – SEHAB, referente ao exercício de 2006, de responsabilidade de Paulo Alberto Santos Queiroz"*. **Em votação**: na Sessão do dia 03.07.2015, os Conselheiros Antônio José Guimarães e Sérgio Leão, os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha, Sérgio Franco Dantas e Márcia Costa, decidiram aguardar o Voto de Vista. Ausências justificadas dos Conselheiro Aloisio Chaves, José Carlos Araújo e Daniel Lavareda, naquela Sessão. Na presente Sessão, o Conselheiro Aloisio Chaves declarou-se apto a votar, e em conjunto com os Conselheiros Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha, Sérgio Dantas e Márcia Costa acompanharam a Relatora, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, bem como encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.299). Presidência do Conselheiro Aloisio Chaves. **Processo nº 201504049-00 (1030022010-00); Câmara Municipal de São João de Pirabas; Recurso – 2010; Contas Anuais de Gestão**; Recorrente: Amarildo de Jesus Ferreira Pereira; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; (Pedido De Vista Na Sessão 25.08.2016 Do Cons. Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA**: *"Trata o presente processo do Recurso Ordinário apresentado pelo Sr. Amarildo de Jesus Ferreira Pereira, ex-*



291 *Presidente da Câmara Municipal de São João de Pirabas, contra a decisão contida no Acórdão nº*
292 *26.010/2014, que negou aprovação às suas contas, referente ao exercício de 2010, face as seguintes*
293 *falhas: a) conta agente ordenador no valor de R\$189.129,04; b) despesas não comprovadas, no valor de*
294 *R\$42.757,03; c) não comprovação do recolhimento do INSS, no valor de R\$7.373,14; e d) irregularidades*
295 *em procedimentos licitatórios. O Excelentíssimo Conselheiro Daniel Lavareda, designado como relator, em*
296 *bem fundamentado voto apresentado na sessão plenária do dia 25/08/2016, posicionou-se pelo*
297 *conhecimento e provimento parcial do Recurso Ordinário em julgamento, para excluir do rol de motivos*
298 *reprovadores das contas a falha referente a não comprovação do recolhimento ao INSS do valor de*
299 *R\$7.373,14, mantendo a reprovação das referidas contas nos demais termos do Acórdão nº 26.101/2014-*
300 *TCM/PA. Nesta ocasião, solicitei vistas dos autos. Após análise dos autos, me manifesto com o mesmo*
301 *entendimento do Excelentíssimo Conselheiro Relator Daniel Lavareda, vale dizer, pelo conhecimento e*
302 *provimento parcial do Recurso Ordinário, para excluir do rol de motivos reprovadores das contas a falha*
303 *referente a não comprovação do recolhimento ao INSS do valor de R\$7.373,14, mantendo os demais*
304 *termos do Acórdão nº 26.101/2014-TCM/PA".* **Em votação:** na Sessão do dia 25.08.2016, a
305 Conselheira Mara Lúcia, os Conselheiros Antônio José Guimarães e Sérgio Leão, e a Conselheira
306 Substituta Márcia Costa, decidiram aguardar o Voto de Vista. Ausências justificadas dos Conselheiros
307 Aloisio Chaves e José Carlos Araújo, naquela Sessão. Na presente Sessão, após o Voto Vista, o
308 Conselheiro Aloisio Chaves declarou-se apto a votar e em conjunto com a Conselheira Mara Lúcia,
309 os Conselheiros Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos
310 Alexandre Cunha e Márcia Costa acompanharam o Relator, na íntegra A Presidência proclamou a
311 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do
312 Recurso, mantendo a decisão recorrida. (Acórdão nº30.300). Presidência da Conselheira Mara
313 Lúcia. **Processo nº 744142003-00 (201203271-00); Instituto de Previdência de São**
314 **Caetano de Odivelas; o Recurso - 2003 de Reconsideração - Acórdão Nº 20.577;**
315 Recorrente: Érika Milene Rodrigues; Instrução: 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora
316 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; (Pedido De Vista Na Sessão Do Dia
317 12.05.2015 Do Cons. Cezar Colares) Advogado/Contad: Maurício Blanco de Almeida; Publicado
318 **no DOE nº 33.341, de 27.03.2017 . Retirado de Pauta. Processo nº410012006-00;**
319 **Prefeitura Municipal de Magalhães Barata; Prestação de Contas – 2006; Contas**
320 **Anuais;** Responsável: Raimundo Faro Bitencourt; Instrução: Auditora Adriana Oliveira / 6ª
321 Controladoria; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio
322 Chaves; Advogado/Contador: Edimar de Souza Gonçalves (OAB/PA 16.456) e Paulo Santos
323 (CRC/PA 9657); **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo
324 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
325 emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**.
326 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
327 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com
328 recolhimento, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por**
329 **maioria:** aplicação de multas. (Resolução nº 13.006). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.
330 Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da aplicação das multas. **Processo nº**
331 **30012009-00; Prefeitura Municipal de Afuá. Prestação de Contas – 2009; Contas**



332 **Anuais de Governo;** Responsável: Odimar Wanderley Salomão; Instrução: 7ª
333 Controladoria/TCM-Pa; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
334 Conselheiro José Carlos Araújo ;**Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo
335 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
336 se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em**
337 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
338 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas
339 (Resolução nº 13.007). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros Aloisio Chaves e
340 Cezar Colares. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 30012009-00; Prefeitura**
341 **Municipal de Afuá; Prestação de Contas – 2009; Contas Anuais de Gestão;** Responsável:
342 Odimar Wanderley Salomão; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público: Procuradora
343 Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo ;**Publicado no DOE nº**
344 **33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
345 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada
346 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:**
347 O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimentos, e o
348 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** aplicação de
349 multas (Acórdão nº 30.301). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Vencida a Conselheira Mara
350 Lúcia quanto a exclusão da aplicação das multas. **Processo nº 420012007-00; Prefeitura**
351 **Municipal de Marabá; Prestação de Contas – 2007; Contas Anuais;** Responsável:
352 Sebastião Miranda Filho; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
353 Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.**
354 Retirado de Pauta. **Processo nº 450012011-00; Prefeitura Municipal de Melgaço;**
355 **Prestação de Contas – 2011; Contas Anuais de Governo;** Responsável: Adiel Moura de
356 Souza; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
357 Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo
358 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
359 se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em**
360 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
361 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas
362 (Resolução nº 13.008). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
363 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 450012011-00; Prefeitura Municipal de**
364 **Melgaço; Prestação de Contas – 2011; Contas Anuais de Gestão;** Responsável: Adiel
365 Moura de Souza; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
366 Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo
367 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
368 se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
369 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu
370 pela irregularidade das contas, com recolhimentos, aplicação de multas, e o encaminhamento de
371 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.302). Ausência, por ocasião da



372 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
373 **460012009-00; Prefeitura Municipal de Mocajuba; Prestação de Contas – 2009;**
374 **Contas Anuais de Governo;** Responsável: Rosiel Sabá Costa; Instrução: 2ª Controladoria;
375 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares;
376 **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
377 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
378 pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
379 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu
380 pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas e o encaminhamento de cópia dos
381 autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** aplicação de multas (Resolução nº 13.009).
382 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da
383 aplicação das multas. **Processo nº 460012009-00; Prefeitura Municipal de Mocajuba;**
384 **Prestação de Contas – 2009; Contas Anuais de Gestão;** Responsável: Rosiel Sabá Costa;
385 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
386 Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo
387 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
388 se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
389 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu
390 pela irregularidade das contas, com recolhimentos, e encaminhamento de cópia dos autos ao
391 Ministério Público Estadual. **Por maioria:** aplicação de multas (Acórdão nº 30.303). Ausência,
392 por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara
393 Lúcia. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da aplicação das multas. **Processo nº**
394 **570012011-00; Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras; Prestação de Contas – 2011;**
395 **Contas Anuais de Governo;** Responsável: Pedro Paulo Boulhosa Tavares; Instrução: 2ª
396 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar
397 Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
398 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
399 parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
400 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
401 **unanimidade,** decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, aplicação
402 de multas, encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, e adoção de
403 Medida Cautelar de indisponibilidade de bens no prazo de um ano (Resolução nº 13.009).
404 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 570012011-00; Prefeitura Municipal**
405 **de Ponta de Pedras; Prestação de Contas – 2011; Contas Anuais de Gestão;**
406 Responsável: Pedro Paulo Boulhosa Tavares; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:
407 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº**
408 **33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
409 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada
410 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:**
411 O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, aplicação de multas e o



encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 13.009).
Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 1080022008-00; Câmara Municipal de**
Água Azul do Norte; Prestação de Contas – 2008; Contas Anuais de Gestão;
Responsável: Jorge Luiz Barros Carneiro; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público:
Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo ; **Publicado**
no DOE nº 33.341, de 27.03.2017. Retirado de Pauta. **Processo nº 210022007-00;**
Câmara Municipal de Cametá; Prestação de Contas – 2007; Contas Anuais de Gestão;
Responsável: Nelson Da Silva Parijós Neto; Instrução 7ª Controladoria TCM-PA; Ministério
Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;
Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A
matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com
recolhimentos (Acórdão nº 30.304). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros Aloisio
Chaves e Cezar Colares. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 652022014-00;**
Fundo Municipal de Saúde de Salinópolis; Prestação de Contas – 2014; Contas Anuais
de Gestão; Responsável: Antônio José Barbosa Amâncio e Patrícia Nahum Benoliel Gomes;
Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
Conselheiro Cezar Colares Advogado/Contad: José Maria Moreira Campos; **Publicado no DOE**
nº 33.341, de 27.03.2017. Retirado de Pauta. **Processo nº 832032009-00; Fundo**
Municipal de Educação da FUNDEB de Tomé-Açu; Prestação de Contas – 2009; Contas
Anuais de Gestão; Responsável: Sueli Maria Lopes Tavares e Antônio Da Silva E Silva; Instrução
2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar
Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
contas de ambos Ordenadores. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
pela regularidade das contas, com ressalvas da Sra. Sueli Maria Lopes Tavares; e pela
irregularidade das contas de responsabilidade do Sr. Antonio da Silva e Silva, com o
encaminhamento de cópia dos autos do Ministério Público Estadual do (Acórdão nº 30.305).
Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros Aloisio Chaves e José Carlos Araújo.
Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 84022009-00; Fundo Municipal de**
Educação de Ananindeua; Prestação de Contas – 2009; Contas Anuais de Gestão;
Responsável: Elieth De Fátima Da Silva Braga; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público:
Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº**
33.341, de 27.03.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada
em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:
O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas. **Por maioria**
aplicação de multas (Acórdão nº 30.306). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros



452 Aloisio Chaves e José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Vencida Conselheira
453 Mara Lúcia quanto a execução da multa aplicada. **Processo nº 1272322014-00; Fundo**
454 **Municipal da Criança e do Adolescente de Trairão; Prestação de Contas – 2014;**
455 **Contas Anuais de Gestão;** Responsável: Maria Da Conceição Rodrigues Mota; Instrução 2ª
456 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar
457 Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
458 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
459 contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A
460 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das
461 contas, com ressalvas (Acórdão nº 30.307). Ausências, por ocasião da votação, do Conselheiros
462 Aloisio Chaves e José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
463 **140062008-00; Secretaria Municipal de Administração de Belém; Prestação de Contas**
464 **– 2008; Contas Anuais de Gestão;** Responsável: Óseas Batista Da Silva Júnior e Maria Da
465 Glória M. B. Albuquerque; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
466 Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.**
467 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
468 manifestou-se pela regularidade das contas de ambos ordenadores. A matéria foi colocada **em**
469 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
470 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas de ambos Ordenadores. **Por**
471 **maioria:** aplicação de multas à Sra. Maria da Glória M. B. Albuquerque (Acórdão nº 30.308).
472 Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros Aloisio Chaves e José Carlos Araújo.
473 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da
474 multa aplicada. **Processo nº 140142011-00; Companhia de Informática - CINBESA de**
475 **Belém; Prestação de Contas – 2011; Contas Anuais de Gestão;** Responsável: Rick
476 Wenderson Da Costa Figueiredo; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
477 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de**
478 **27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
479 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada
480 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:**
481 O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de
482 multas (Acórdão nº 30.309). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros Aloisio Chaves
483 e José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 140142012-00;**
484 **Companhia de Informática - CINBESA de Belém; Prestação de Contas – 2012; Contas**
485 **Anuais de Gestão;** Responsável: Rick Wenderson Da Costa Figueiredo; Instrução 2ª
486 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar
487 Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
488 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
489 contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A
490 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das
491 contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.310). Ausências, por ocasião da



492 votação, do Conselheiros Aloisio Chaves e José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara
493 Lúcia. **Processo nº140152012-00; Companhia de Desenvolvimento e Administração da**
494 **Área Metropolitana - CODEM de Belém; Prestação de Contas – 2012; Contas Anuais de**
495 **Gestão;** Responsável: Donatila Do Pilar Costa Nogueira e José Antônio Santos Pegado; Instrução
496 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
497 Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo
498 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
499 se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
500 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
501 pela regularidade das contas e emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.311). Ausências,
502 por ocasião da votação, do Conselheiros Aloisio Chaves e José Carlos Araújo. Presidência da
503 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 714692009-00; Secretaria Municipal de Agricultura**
504 **e Abastecimento de Santarém; Prestação de Contas – 2009; Contas Anuais de Gestão;**
505 Responsável: José Osmando Figueiredo; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público:
506 Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;
507 **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
508 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas,
509 com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.**
510 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
511 contas e emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.312). Ausência, por ocasião da votação,
512 do Conselheiros Aloisio Chaves e José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia.
513 **Processo nº 1260022002-00; Câmara Municipal de Terra Santa; Prestação de Contas**
514 **– 2002; Contas Anuais de Gestão;** Responsável: Iduilson C. Aquino; Instrução: Auditora
515 Eliane Zahluth Bastos; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
516 Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa; (Redistribuído Do Gabinete Do
517 Conselheiro José Carlos); **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo
518 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
519 se pela irregularidade das contas com encaminhamento de cópias dos autos. A matéria foi
520 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
521 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas. **Por**
522 **maioria:** aplicação de multas (Acórdão nº 30.313). Ausências, por ocasião da votação, do
523 Conselheiros Aloisio Chaves e Cezar Colares. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Vencida
524 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 143192011-00; Gabinete do Vice - Prefeito de**
525 **Belém; Prestação de Contas – 2011; Contas Anuais de Gestão;** Responsável: Anivaldo
526 Vale; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva;
527 Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Advogado/Contad: Francisco A. Capela
528 Sampaio - CRC/PA 5.703; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo
529 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
530 se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
531 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu



pela regularidade das contas, com a emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.314).
Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 143192012-00; Gabinete do Vice -**
Prefeito de Belém; Prestação de Contas – 2012; Contas Anuais de Gestão; Responsável:
Anivaldo Vale; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Contador: Francisco Augusto Capela
Sampaio – CRC/PA nº 5.703; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo
dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
pela regularidade das contas, com a emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.314).
Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 1210052009-00; Fundo Municipal de**
Saúde de Pau d'Arco; Prestação de Contas – 2009; Contas Anuais de Gestão;
Responsável: Fredson Pereira da Silva - Secretário Municipal de Saúde; Instrução 6ª
Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para
apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Redistribuído do
Gabinete do Conselheiro Aloísio Chaves); Advogado/Contad: José Augusto Rufino de Sousa
(Contador); **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
140042011-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém; Prestação de Contas –
2011; Responsável: Maria da Glória Mesquita Brito Albuquerque; Instrução 3ª Controladoria;
Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora convocada para
apresentar proposta de decisão: Conselheira Substituta Márcia Costa (Processo Redistribuído do
Gabinete da Conselheira Mara Lúcia); Contadora: Mônica Giusti Rendeiro – CRC-PA nº 013553/O-
8; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Substituta
apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pela Conselheira Relatora. A Presidência
proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com
aplicação de multas, e encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº
30.316). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Antônio José Guimarães. Presidência
da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 583842012-00; Fundo Municipal de Saúde de**
Portel; Prestação de Contas – 2012; Responsável: Marilda do Socorro Lacerda Tenório;
Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva;
Relator: Conselheira Substituta Márcia Costa (Processo Redistribuído do Gabinete do Conselheiro
Cezar Colares); Advogado/Contador: Anfrísio Augusto Nery da Costa Nunes - CRC 009384/O – Pa;
Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A
matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Substituta apresentou sua proposta de
Decisão, ratificada pelo Conselheiro Relator: "**Julgar IRREGULARES, nos termos do art. 45, inciso**
III, alíneas "a" e "c" da LOTCM (LC nº 109/2016), as contas apresentadas pela Sra. MARILDA DO
SOCORRO LACERDA TENÓRIO, na condição de responsável pelo Fundo Municipal de Saúde de



572 **Portel**, referentes ao exercício de **2012**, em função da omissão no dever de prestar contas do 2º e 3º
573 trimestres, o que constitui irregularidade insanável nos termos do art. 45, §4º23 da referida lei, além
574 do não repasse das obrigações patronais ao IMPP, em afronta à norma contida no art. 50, II da LRF e
575 legislação previdenciária correlata”. **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos.
576 Os demais Conselheiros aguardarão o retorno do processo para manifestação. Presidência do
577 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201009798-00; Fundação Cultural de Belém;**
578 **Convênio - 2008 Karatê do Futuro II - Termos de Compromissos nº 203, 300 e**
579 **301/2008 e 036/2009;** Responsável: Rosa de Fátima de Castro Lima Nunes; Instrução 2ª
580 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar
581 Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
582 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
583 contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A
584 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
585 contas, com a emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.317) Ausência, por ocasião da
586 votação, dos Conselheiros, Aloisio Chaves e José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara
587 Lúcia. **Processo nº 1330042003-00 (200917060-00); Instituto de Previdência dos**
588 **Servidores do Município de Cachoeira do Piriá; Recurso - 2003 Reconsideração, à**
589 **Decisão Contida no Acórdão nº 18.484, de 12/05/2009;** Recorrente: Antônio Aldenir Alves
590 dos Santos; Instrução: Auditor: Leonardo Macieira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
591 Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.**
592 Retirado de Pauta. **Processo nº 201118088-00 (1250012003-00); Prefeitura Municipal**
593 **de Terra Alta; Recurso – 2003 Reconsideração contra a Decisão contida na Resolução nº**
594 **10.113;** Recorrente: Aluizio do Nascimento Pinto; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público:
595 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;
596 Advogado/Contador: Manoel Machado Júnior - OAB/PA nº 9.295; **Publicado no DOE nº**
597 **33.341, de 27.03.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 20111180-00 (201008152-**
598 **00); Prefeitura Municipal de Oriximiná; Recurso – 2009 Reconsideração contra a decisão**
599 **contida na Resolução nº 10.009;** Recorrente: Luiz Gonzaga Viana Filho; Instrução: 2ª
600 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro
601 Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo
602 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
603 conhecimento e não provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O
604 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
605 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não do provimento do Recurso (Resolução nº
606 13.010) Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201207099-00 (13982003-**
607 **00); Fundo Municipal de Saúde de Abaetetuba; Recurso - 2003 Revisão contra a decisão**
608 **contida no Acórdão 19.202/2009;** Recorrente: Francinete Maria Rodrigues Carvalho; Instrução 2ª
609 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar
610 Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
611 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e



612 provimento parcial do Recurso, com a reforma da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em**
613 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
614 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso, com a
615 reforma da decisão recorrida (Acórdão nº 30.318). Ausência dos Conselheiros Aloisio Chaves e
616 José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº201307320-00;**
617 **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Paragominas; Aposentadoria -**
618 **2012 Revisão - Portaria nº 43/2012;** Interessado: José Ecivan Azevedo de Souza; Ministério
619 Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado**
620 **no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº201307321-00;**
621 **Instituto de Previdência dos Servidores Público de Paragominas; Aposentadoria -**
622 **2012 Revisão - Portaria Nº 44/2012;** Interessado: Raulíson Dias Pereira; Ministério Público:
623 Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado**
624 **no DOE nº 33.341, de 27.03.2017** Retirado de Pauta. **Processo nº201307322-00;**
625 **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Paragominas; Aposentadoria -**
626 **2012 Revisão - Portaria nº 45/2012;** Interessado: Ivaldo Correa Simplicio; Ministério Público:
627 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE**
628 **nº 33.341, de 27.03.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201701590-00; Prefeitura**
629 **Municipal de Bonito; Outros - 2017** (Revogação de Medida Cautelar); Responsável: Silvio
630 Mauro Rodrigues Mota; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o
631 Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão monocrática de Revogação de Medida
632 Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 3º do Art. 144 do RI/TCM/PA. A
633 matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
634 **unanimidade**, decidiu homologar a Revogação de Medida Cautelar, com aplicação de multa
635 (Acórdão nº 30.319). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201701591-00;**
636 **Prefeitura Municipal de Bonito; Outros - 2017** (Revogação de Medida Cautelar);
637 Responsável: Silvio Mauro Rodrigues Mota; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo
638 dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão monocrática de
639 Revogação de Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 3º do Art.
640 144 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**:
641 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Revogação de Medida Cautelar, com aplicação
642 de multa (Acórdão nº 30.320). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **MATÉRIA**
643 **ADMINISTRATIVA, PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO**
644 **PÚBLICO: 1.** Minuta de Resolução de Referente à Segunda Etapa dos Termos de Ajuste de
645 Gestão, do controle sob os TAG, essa Minuta é sobre da notificação dos chefes dos poderes e
646 legislativos sob a jurisdição deste Tribunal. A palavra foi passada à Dra. Karina Novelino que:
647 "Bom dia Excelências, Conselheira Mara, Ministério Público e demais Conselheiros. Da minuta
648 inicial depois do debate de de alguns Conselheiros, e até mesmo entendimento da UFPA e CGU,
649 houveram alguns ajustes de palavras, do tipo: "dias", passaram a conter "dias corridos", nada que
650 alterasse qualquer tipo de substância, do texto e da sua estrutura. Na situação do artigo 10 que
651 fala do "não atendimento", foi alterado para "descumprimento" do TAG. A principal alteração que



podemos entender em relação ao TAG do ano passado é que esse TAG diz respeito ao restante do cumprimento da matriz, então ano passado, o TAG de 2016 era o cumprimento da matriz em cinquenta por cento, então esse TAG de 2017, tratará dos cinquenta por cento de 2016, acrescido de vinte e cinco por cento, ou seja, setenta e cinco por cento. E para o ano de 2018, finalizando os cem por cento, então ele é um TAG de dois anos. A alteração que podemos ver em comparativo com o ano anterior é que a Seção da Multa, ela era em valor monetário, e nesse ano foi substituído para Unidades de Padrão Fiscal, pela possibilidade de cobrança via ação judicial. E o acréscimo também de duas cláusulas condicionantes, que são uma espécie de contraprestação do benefício que o Tribunal está dando: aplicação de forma parcelada do que a Lei pede, e em contrapartida, o Tribunal está vendo a possibilidade de receber desses jurisdicionados a responsabilidade deles de inscrever todas as suas unidades orçamentárias que existam na sua prefeitura junto ao SPE, então isso obriga, tendo como prazo até o dia trinta de agosto de dois mil e dezessete, e o Tribunal já sinalizou aos gestores que isso tem que ser feito com rapidez, já que todos os processos têm sido protocolados através do CPF do prefeito. Então o primeiro parágrafo do artigo 13, fala da possibilidade do Tribunal ter acesso aos extratos bancários, o gestor assinará uma autorização para que o Tribunal dê entrada junto ao Banco Central para ter acesso ao extrato bancário daquele município, até mesmo para poder comprovar e verificar, o acesso de receitas extras que eles por sua vez não estão repassando para o Tribunal e com isso, fazer um comparativo. O segundo parágrafo do artigo 13, trata sobre essa obrigatoriedade. Do instrumento que já fora entregue para apreciação, houve alteração no prazo de 2018, então no artigo terceiro, que trata de 2018, na primeira minuta, tratava como vinte e nove de junho de 2017 para que os gestores passassem a cumprir, essas cláusulas do cem por cento do TAG. A CGU e a UFPA, levaram em consideração o pedido para que fosse feita a antecipação desse prazo para abril, porque nesse momento o Tribunal estaria cobrando vinte e cinco por cento a mais, e os gestores já teriam conhecimento da matriz. No entanto, foi conversado sobre a possibilidade da assinatura ocorrer em maio, por conta do prazo de entrega de alguns documentos fiscais, então a proposta de data é trinta e um de maio de 2018. Estou aqui para sanar qualquer dúvida e prestar os devidos esclarecimentos". Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para: "Reforçar a importância de dar seguimento da transparência através do TAG, o que foi feito na primeira etapa, na minha opinião foi um sucesso, já se avançou bastante, é claro que alguns não cumpriram, muitos não cumpriram, mas hoje nós já temos um nível bem mais amplo de atendimento a Lei de Acesso à Informação, e é interessante que aqueles que não cumpriram, teremos agora o Ministério Público entrando com ações para com aqueles que assinaram o TAG e não cumpriram aquilo que foi pactuado com o Tribunal. Os Conselheiros estão fazendo a citação daqueles que não cumpriram, e isso vai ter consequências. Aproveito a oportunidade para parabenizar a Dra. Elisabeth Salame da Silva, que não será mais Procuradora Geral do Ministério Público Junto ao TCM-PA, pela parceira sob o seu comando, e parabenizá-la mais uma vez pelo trabalho desenvolvido". A Procuradora Elisabeth Salame da Silva, agradeceu as palavras do Conselheiro Cezar, e de todos os Conselheiros presentes e solicitou ao Pleno a Reabertura da Instrução do **Processo de nº 201511278 de origem do Instituto de Previdência e**



692 **Assistência do Município de Belém - IPAMB**, face a necessidade de juntada de nova
693 documentação aos autos. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a
694 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela Reabertura da Instrução. Na sequência, a
695 Conselheira Mara Lúcia, pediu a palavra para falar sobre o Conselho Consultivo Pedagógico com
696 base na Resolução nº 004/2015 que expõe sobre a organização e estrutura da Escola de Contas
697 no seu artigo sétimo, e a designação entre os Auditores, agora Conselheiros Substitutos, feita
698 pelo Presidente para ser membro do Conselho, além de um servidor também indicado pela
699 Presidência com mandato de dois anos, permitida a recondução, e o Conselheiro Presidente lhe
700 incumbiu da missão dos convites, emitidos à Conselheira Substituta Marcia Costa e ao servidor
701 Everaldo Lino Alves, lotado na Controladoria do Conselheiro Sérgio Leão, sendo estes aceitos, a
702 Conselheira Mara Lúcia, como diretora da Escola sentiu-se muito feliz. A Conselheira Mara Lúcia
703 informou ainda, que foi preparado um projeto de capacitação dos servidores dos municípios em
704 parceria com Ministério Público, e que o mesmo fora encaminhado aos gabinetes do Conselheiros.
705 Os municípios pólos, e as considerações dessas escolhas, serão feitas de maio até novembro,
706 compreendendo todos os municípios do Estado do Pará. O Conselheiro Cezar Colares, pediu a
707 palavra para falar da reunião realizada com os prefeitos e secretários, de responsabilidade da 2ª
708 Controladoria, que contou com o apoio da Escola de Contas, Administração e Planejamento do
709 TCM-Pa, reunião esta considerada pelo mesmo um sucesso, com especial atenção aos pedidos
710 feitos por parte dos prefeitos, de mais cursos da Escola de Contas, e na oportunidade, lhes fora
711 informado que está previsto uma programação para as regiões. Em seguida, a Conselheira
712 Substituta Márcia Costa agradeceu sobre a sua indicação para o Conselho Consultivo Pedagógico.
713 **ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e vinte minutos da qual foi lavrada a presente
714 Ata.
715 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em trinta de março de
716 dois mil e dezessete.
717 Ata aprovada na Sessão Ordinária nº 044/2017, em quatro de julho de dois mil e dezessete.
718 Visto:

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Ouvidor **Aloisio Chaves**
Presidente da Sessão

Jorge Antônio Cajango Pereira
Secretário Geral